

# A Semana 27.8.14



Grampos telefônicos levaram a polícia ao foragido

## Justiça/Abdelmassih preso

Depois do habeas corpus concedido por Gilmar Mendes, o médico acusado de estupro vivia escondido no Paraguai

**C**INCO ANOS APÓS o ministro Gilmar Mendes conceder o habeas corpus que facilitou sua fuga, Roger Abdelmassih foi preso no Paraguai em uma ação conjunta da Polícia Federal brasileira e da Secretaria Nacional Antidrogas do país vizinho. Indiciado pela PF em junho de 2009, o médico ficou preso entre agosto e dezembro, quando ganhou a liberdade graças a Mendes. A decisão não levou em conta as advertências da PF sobre a então recente renovação do passaporte realizada pelo médico. Em 2010, Abdelmassih foi condenado a 278 anos de prisão pela prática de crimes de estupro e atentado violento ao pudor. Ele é acusado de cometer 56 atos libidinosos, entre eles três de estupro, contra 39 pacientes de 1995 a 2008.

Antes de se tornar o principal criminoso foragido da lista da Polícia Civil de São Paulo, Abdelmassih era considerado um dos maiores especialistas

em reprodução humana do Brasil. No Paraguai, sob o nome de Ricardo Galeano, investidor brasileiro, levava uma vida abastada. Sua família pagava uma vida abastada. Sua família pagava 2,5 mil dólares mensais pelo aluguel de uma casa ampla em um bairro de classe média alta da capital. Seus filhos possuíam babá, chofer, seguranças e estudavam em escolas particulares. Ao seu dispor, a família Abdelmassih tinha ainda dois carros importados. Segundo o Ministério Público, o médico foi localizado a partir de uma operação realizada em uma fazenda de laranjas em Avaré, interior de São Paulo, onde se suspeitava que ele pudesse estar escondido. No local foi encontrada uma agenda com números de telefones. Após interceptação autorizada pela Justiça nesses números, chegou-se ao Paraguai. O objetivo do Ministério Público agora é descobrir quem apoiou a permanência do foragido no país vizinho.

**Guga Ketzer.**  
**Sócio e Vice-Presidente da Loducca.**

**17 anos de experiência.** 30 Leões em Cannes, centenas de outros prêmios, eleito Criativo do Ano no Caboré e apontado pelo Advertising Age (principal publicação de comunicação no mundo) como um dos 'Creative you should know' (o único brasileiro).



# A Semana

## O professor e o coronel

O professor da Unicamp Bernardo Boris Vargaftig renunciou ao título de Doutor Honoris Causa após a universidade manter a mesma honraria a Jarbas Passarinho, ministro da Educação durante a ditadura. Perseguido político, Vargaftig se opôs à decisão do Conselho Universitário que manteve o título entregue a Passarinho em 1973. A decisão foi provocada por moções protocoladas pelos institutos de Filosofia e Ciências Humanas, Artes e Estudos da Linguagem e pela Faculdade de Educação. Segundo Vargaftig, a decisão da Unicamp "confirma a evolução retrógrada da política brasileira em curso".



Ele aumentou os gastos sem anuência do Conselho

## USP/A grande obra de Rodas

O ex-reitor é o principal responsável pela crise atual da universidade

**A**SITUAÇÃO na Universidade de São Paulo beira a catástrofe. Enquanto os funcionários realizam a greve mais longa da história da instituição, uma sindicância interna reforça os indícios de irregularidades cometidas pelo ex-reitor João Grandino Rodas. Indicado pelo então governador José Serra, Rodas pode ser expulso dos quadros da universidade caso se confirme, entre outras ilegalidades, o aumento de gastos

com funcionários sem aprovação do Conselho Universitário. De 2009 a 2013, o reitor autorizou um aumento nas despesas com pessoal de 83%. Na quarta-feira 20, a Polícia Militar utilizou bombas de gás lacrimogêneo e balas de borracha para dispersar os manifestantes que haviam fechado os portões da universidade. As manifestações e paralisações se arrastam desde 27 de maio. Uma nova rodada de negociações está prevista para 3 de setembro.

## "Mensalão" / MAIS UMA AÇÃO CONTRA VALÉRIO

O MINISTÉRIO PÚBLICO ACUSA O PUBLICITÁRIO DE SONEGAÇÃO DE IMPOSTOS

O Ministério Público Federal de Minas Gerais apresentou nova denúncia contra o empresário Marcos Valério, pivô dos "mensalões" do PT e PSDB. Os procuradores mineiros miram possível sonegação de tributos por meio da omissão de rendimentos e pagamentos feitos pela 2S Participações Ltda. Entre 2003 e 2004, a em-

presa teria deixado de recolher 3,6 milhões de reais em impostos sobre rendimentos e outros 13 milhões sobre pagamentos sem causa ou feitos a beneficiários não identificados.

Condenado na Ação Penal 470, Valério enfrenta 13 ações penais em Minas, foi condenado em oito delas. Outras cinco ações conti-

nuam em andamento.

Os dados referentes a irregularidades foram apontados por uma auditoria de fiscalização da Receita Federal na empresa administrada pelo empresário. O criminalista Marcelo Leonardo, responsável pela defesa de Marcos Valério, afirma não ter tido acesso à denúncia.



O condenado ainda enfrenta outros 13 processos em Minas Gerais



Amigo de Yousseff, terá de enfrentar o plenário

## Congresso/Vargas no cadafalso

O Conselho de Ética aprova a cassação do deputado petista

O CONSELHO DE ÉTICA da Câmara dos Deputados aprovou a cassação de André Vargas por envolvimento com o doleiro Alberto Yousseff. Onze deputados votaram a favor do relatório de Julio Delgado, do PSB, e três petistas integrantes do Conselho não participaram da votação. O parecer baseia-se em testemunhos colhidos pelo relator e nas investigações da Polícia Federal no âmbito da Operação Lava Jato.

Ex-vice-presidente da Câmara e coordenador de comunicação do PT, Vargas foi flagrado em conversas telefônicas e mensagens trocadas com o doleiro acusado pelo Ministério Público de ser o líder de um esquema de lavagem de dinheiro que movimentou cerca de 10 bilhões de reais nos últimos anos.

Para o Conselho de Ética, a relação estreita entre eles resultou em quebra de decoro parlamentar em dois momentos: quando o deputado viajou em avião pago pelo doleiro e ao intermediar contratos de um laboratório de Yousseff com o Ministério da Saúde.

Vargas ainda pode recorrer da decisão, mas, caso ela seja mantida, terá de convencer 257 deputados a votar contra sua cassação. É preciso maioria simples dos 513 deputados para aprovação. Em nota, Vargas afirma que o processo avança com açodamento e politização excessiva. “Todo o processo foi conduzido sem quórum e de forma autoritária, sem permitir o livre exercício da minha defesa. A instrução é nula e procuraremos demonstrar isso na CCJ e no Judiciário.”

### Ken Fujioka. Sócio e Vice-Presidente da Loducca.

**20 anos de experiência.**

Eleito Profissional de Planejamento pela APP, ABP e Caboré; fundador e Ex-Presidente do Grupo de Planejamento.

